

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS SOBRE CULTURA E
COMUNICAÇÃO

BÁRBARA JÉSSICA DA SILVA PAES

**A naturalização da violência contra meninas negras nas
escolas brasileiras**

São Paulo

2019

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS SOBRE CULTURA E
COMUNICAÇÃO

A naturalização da violência contra meninas negras nas escolas brasileiras

Bárbara Jéssica da Silva Paes

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Especialista em
Cultura, Educação e Relações
Étnico-Raciais

Orientadora: Prof. Mestra Tatiana Oliveira

São Paulo
2019

A NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA MENINAS NEGRAS NAS ESCOLAS¹

Bárbara Jéssica da Silva Paes²

Resumo: O presente artigo trata do tema de violência contra meninas negras nas escolas brasileiras. O objetivo do trabalho é refletir sobre as dinâmicas de casos de racismo e violência contra meninas negras nas escolas, a partir da análise de textos jornalísticos sobre dois casos que aconteceram nos anos de 2017 e 2018 em escolas públicas da região Sudeste.

Palavras-chave: Violência contra meninas negras. Racismo nas escolas. Racismo na mídia. Comunicação. Educação.

Abstract: This article refers to the theme of violence against black girls in Brazilian schools. The objective of this paper is to reflect on the dynamics of cases of racism and violence against black girls in schools, based on the analysis of journalistic texts about two cases that occurred in 2017 and 2018 in public schools in the Southeast region.

Key words: Violence against black girls. Racism in schools. Racism in media. Communications. Education.

Resumen: Este artículo se refiere al tema de la violencia contra las niñas negras en las escuelas brasileñas. El objetivo de este trabajo es reflejar sobre las dinámicas casos de racismo y violencia contra niñas negras en las escuelas, a partir del análisis de textos periodísticos sobre dos casos ocurridos en 2017 y 2018 en escuelas públicas de la región sureste.

Palabras clave: Violencia contra las niñas negras. El racismo en las escuelas. El racismo en los medios. Comunicaciones. Educación.

¹ Trabalho de conclusão de curso apresentado como condição para obtenção do título de Especialista em Cultura, Educação e Relações Étnico-Raciais.

² Pós-graduanda em Cultura, Educação e Relações Étnico-Raciais, Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o artigo 3º da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher³, “toda mulher tem direito a uma vida livre de violência, tanto no âmbito público como no privado”. No entanto, a realidade das meninas e mulheres negras brasileiras ainda está muito distante daquilo que se considera ideal, e a incidência de casos de violência contra elas permanece preocupante. No presente artigo trato especificamente do tema de violência contra meninas negras nas escolas brasileiras, um fenômeno frequente e que requer mais atenção e pesquisa.

As experiências de meninas e mulheres negras é marcada por fatores como racismo, do sexismo e do classismo. Esses eixos de opressão estrutural fazem com que as infâncias de meninas negras sejam frequentemente moldadas por estereótipos racistas. Como veremos ao longo deste artigo as expressões de racismo no ambiente escolar podem tomar inúmeras formas e têm repercussões diversas para as vidas das vítimas.

O racismo contra meninas negras no ambiente escolar é um fenômeno que precisa ser estudado e combatido, uma vez que as suas consequências são gravíssimas. A partir da análise de textos sobre dois casos de violência que aconteceram nos anos de 2017 e 2018 em escolas públicas da região Sudeste e cujas vítimas eram meninas de idade aproximada, neste artigo procuro refletir sobre as dinâmicas e as características da ocorrência de racismo contra meninas negras em escolas brasileiras..

A primeira seção deste artigo apresenta os marcos teóricos que embasam a análise. O conceito de interseccionalidade é um dos marcos teóricos que foram fundamentais para a execução deste artigo. Isto é, foi preciso reconhecer as complexidades

³ Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher. Disponível em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/convencao_belem_do_para.pdf

existentes nas múltiplas camadas que compõem a identidade de uma pessoa e que estruturam as experiências de sua vida.

No que tange o tema da violência contra meninas negras no ambiente escolar, os marcos teóricos apresentados retomam o trabalho de diversas autoras e autores que demonstram que muitas meninas negras em idade escolar estão sendo afetadas (fisicamente e mentalmente) pelas crenças, políticas e ações racistas que degradam e marginalizam sua existência, gerando condições que as deixam ainda vulneráveis. Ademais, procurei também dialogar com pesquisas e estudos prévios sobre racismo na mídia.

Adotando a análise de discurso enquanto abordagem de pesquisa, na seção sobre metodologia descrevo como foram escolhidos os textos que baseiam este artigo e como foram feitas as análises dos textos escolhidos. Na seção seguinte, apresento os resultados da pesquisa. De forma geral, os resultados demonstram que a ocorrência de racismo no ambiente escolar permanece sendo uma realidade e que o silêncio sobre o tema é um fenômeno que persiste. Notou-se também que a ausência de respostas institucionais adequadas para os casos.

2. REFLETINDO SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA MENINAS NEGRAS NO AMBIENTE ESCOLAR

Como ponto de partida deste trabalho, retomo as definições dos conceitos de raça, gênero e classe como aspectos estruturantes da nossa sociedade. Segundo Quijano (2005), o conceito de raça é “uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial”. Durante a colonização, foi promovida uma suposta distinção biológica entre os colonizadores e os povos colonizados, que situava uns em posição inferior a outros. Essa distinção é estruturante do funcionamento do sistema capitalista global até hoje.

Ao discutir as relações entre raça, estrutura de classes e os processos de estratificação e mobilidade social, Hasenbalg (1979) conclui que a raça, como traço fenotípico historicamente elaborado, é um dos critérios mais relevantes que regulam os mecanismos de recrutamento para ocupar posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social. O racismo, enquanto ideologia e conjunto de práticas que resultam na divisão racial do trabalho, é mais do que um “mero legado do passado”: ele se apresenta como um instrumento que serve os diversos interesses do grupo racialmente supraordenado no presente.

Gênero é outro conceito importante no aspecto das relações sociais. A palavra comumente é usada para se referir ao conjunto de diferenças socialmente construídas entre identidades vistas como masculinas e femininas (HUDSON et al, 2012).

Enquanto categoria social, o conceito de gênero ajuda a definir e moldar as relações de poder na nossa sociedade. Segundo Lugones, gênero é um eixo estrutural nas relações de poder modernas (2008) e o processo de colonização incluiu a criação de hierarquias entre os diferentes gêneros.

Classe é também um eixo estrutural importante para a presente análise. Dentro de uma visão marxista, classe é a categoria social em que uma pessoa se encontra de acordo com o seu lugar no sistema de produção capitalista. De acordo com Davis (2011), classe é uma categoria que “informa a raça”; assim como raça informa a classe e gênero informa a classe. Isto é, para a autora, existem relações entre essas categorias e elas atuam simultaneamente.

O conceito de interseccionalidade, termo cunhado por Crenshaw (1989) diz respeito à prática de considerar as complexidades existentes nas múltiplas camadas que compõem a identidade de uma pessoa e que estruturam a nossa sociedade. Isso significa que a produção de conhecimento deve considerar que marcadores como raça, classe, identidade de gênero, sexualidade, religião, e idade atuam simultaneamente nas interações humanas e na forma com a qual a nossa sociedade está organizada.

De acordo com Lugones (2008), através o uso da interseccionalidade como referencial teórico revela “aquilo que não se vê” quando raça e gênero são conceitualizados de forma separada. Isto é, a adoção de uma perspectiva interseccional torna possível enxergar as múltiplas forças atuam simultaneamente na sociedade, o que revela a real complexidade dessas forças (ACKERLY; TRUE, 2013).

O conceito da interseccionalidade pode ser utilizado para realizar análises críticas das diversas experiências de mulheres negras. No livro “Feminist Theory: From Margin to Center”, a pesquisadora feminista bell hooks⁴ aponta que as mulheres negras vivem na intersecção do racismo, do sexismo e do classismo e que essa localidade molda as experiências e vidas dessas mulheres. A posição das mulheres negras no que tange o encontro desses múltiplos marcadores sociais produz contextos e interações específicos a essas mulheres.

De acordo com Lélia Gonzalez (1984), o lugar em que mulheres negras se situam requer uma interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Segundo a autora, articulação do racismo com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra brasileira. Um desses efeitos é a naturalização da mulher negra enquanto determinados papéis sociais - como a trabalhadora doméstica, a mulata, a mãe-preta, a mucama.

Para entender como esse processo acontece, podemos nos voltar para o livro “Black Feminist Thought - Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment”, no qual Patricia Hill Collins se debruça sobre o conceito de domínios de poder, sendo eles: estrutural, disciplinar, hegemônico e interpessoal.

O domínio de poder estrutural é uma gama de práticas organizadas no mercado de trabalho, no governo, na educação, no direito, em negócios e na habitação, que trabalham para manter uma distribuição desigual e injusta dos recursos sociais. Ao

⁴ bell hooks é o pseudônimo de Gloria Jean Watkins. A autora adotou este nome em homenagem à sua avó e prefere que o mesmo seja sempre grafado em letras minúsculas.

contrário do viés e do preconceito, que são características dos indivíduos, o domínio estrutural do poder opera por meio das leis e políticas das instituições sociais. Segundo a autora, o domínio de poder estrutural diz respeito à forma com a qual as instituições são organizadas para reproduzir a subordinação das mulheres negras ao longo do tempo. No contexto estadunidense, essas instituições se apoiam em múltiplas formas de segregação - de raça, classe, e gênero - para produzir resultados injustos.

Domínio de poder disciplinar é uma forma de administrar instituições que depende de hierarquias burocráticas e técnicas de vigilância. Isto é, é um domínio de poder que não é exercido através de regras explicitamente racistas ou machistas, mas pela forma com que essas organizações são administradas. A autora menciona escolas como exemplos de instituições nos EUA que estão submetidas a este tipo de domínio de poder e, frequentemente, professoras e professores que submetem suas alunas negras a determinados tipos de “disciplina” acadêmica.

Para Collins, o domínio de poder hegemônico é uma forma de organização social que usa ideias, ideologia e cultura para absorver e despolitizar a oposição criada por grupos oprimidos. Isso quer dizer que a educação, os currículos escolares, os ensinamentos religiosos, as relações culturais e familiares todos são utilizados para manufaturar ideologias de manutenção da opressão. Dessa maneira, a significância do domínio de poder hegemônico é sua capacidade de moldar a consciência coletiva por meio de ideias, imagens, símbolos e ideologias. Segundo a autora, retratar mulheres negras estadunidenses como determinados estereótipos é uma forma de criar uma narrativa que justifica a opressão dessas mulheres.

Por fim, o domínio de poder interpessoal é constituído pelas práticas discriminatórias das experiências do dia-a-dia, mas que por serem tão rotineiras, frequentemente não são notadas ou identificadas. As estratégias de racismo cotidiano e de resistência cotidiana estão presentes nesse domínio de poder.

Cada um desses quatro domínios de poder pode influenciar o ambiente escolar de alguma maneira. A partir desses conceitos delineados por Collins, podemos entender

que a educação formal e o ambiente escolar acabam, portanto, sendo espaços em que as dinâmicas vigentes na sociedade são reproduzidas. Um dessas dinâmicas é justamente a incidência de práticas de violência contra meninas negras.

Collins (1990) demonstra também que um dos instrumentos da colonização foi a construção de determinados estereótipos sobre mulheres negras. Isso culmina naquilo que a autora chama de imagens de controle, isto é, imagens estereotipadas e racistas de mulheres negras contribuem para a criação de percepções equivocadas sobre nossa sexualidade e humanidade. Essas imagens de controle” que são perpetuadas pela mídia, pela educação, pela cultura, têm repercussões nas vidas e nas experiências de meninas e mulheres negras, inclusive no ambiente escolar.

Há uma multitude de autoras e autores que analisam a ocorrência de racismo no ambiente escolar de forma geral e uma grande quantidade se dedica especificamente a entender como esse fenômeno afeta meninas. Muitos dos estudos produzidos remetem justamente às imagens de controle e como elas afetam o dia-a-dia escolar, influenciando o comportamento de professores, funcionários e estudantes.

O estudo *“Girlhood Interrupted: The Erasure of Black Girls’ Childhood”* (EPSTEIN; BLAKE; GONZÁLEZ; 2017) demonstrou que adultos consideram meninas negras “menos inocentes” do que meninas brancas da mesma idade. Rebecca Epstein, uma das autoras do estudo, afirma que “em essência, adultos parecem ter diferentes visões e expectativas em relação às meninas negras, especialmente na metade da infância e começo da adolescência” (EPSTEIN; BLAKE; GONZÁLEZ, 2017: 8). A pesquisa demonstrou que pessoas adultas acreditam que meninas negras precisam de menos atenção, menos proteção e menos apoio que meninas de outras raças. Os resultados indicaram também que existe a crença de que meninas negras são mais independentes, entendem mais de sexo e de temas adultos que outras meninas.

Monique Morris (2016) é outra pesquisadora que se dedica ao tema e afirma que é preciso entender como os estereótipos sobre feminilidade negra influenciam as experiências das meninas negras na sala de aula. Ela realizou dezenas de entrevistas

com meninas e jovens negras que relatam ter vivido experiências de racismo e machismo nas escolas em que frequentaram. Seu argumento central é que muitas meninas negras em idade escolar estão sendo afetadas (fisicamente e mentalmente) pelas crenças, políticas e ações racistas que degradam e marginalizam sua existência, gerando condições que as expulsam das escolas e as deixam ainda mais vulneráveis. Esse conjunto de estereótipos e crenças racistas que compõem o universo cultural da sociedade estadunidense geram repercussões tangíveis nas vidas de meninas negras, tanto dentro quanto fora da escola.

Em 2015, Kimberlé Crenshaw (2015) se debruçou sobre o tema e publicou o estudo *“Black Girls Matter: Pushed Out, Overpoliced and Underprotected”*. Junto com as demais autoras, Priscilla Ocen e Jyoti Nanda, Crenshaw examinou dados de escolas públicas de Boston e Nova Iorque e os resultados mostraram que meninas não-brancas (em especial, meninas negras) são submetidas a ações disciplinares mais rígidas e mais frequentes.

Um cenário parecido acontece no Brasil. Segundo Ellen de Lima Souza (2016), a escola normalmente é um ambiente inóspito para as crianças negras. A autora pesquisou como crianças negras são vistas por profissionais de educação e constatou que desde bebês, as crianças negras são mais punidas do que as crianças brancas, recebem apelidos depreciativos e, nas situações de conflito, são as preteridas ou as culpadas.

O livro *Do silêncio do lar ao silêncio escolar - racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*, de Eliane Cavalleiro (2000), também se insere no conjunto das pesquisas realizadas com o objetivo de reunir informações sobre negros no sistema de ensino brasileiro. Durante sua pesquisa, a autora pôde constatar que frequentemente acontecem situações de discriminação racial, ocorridas na presença de professores, sem que estes interfiram. Muitas vezes essas situações se apresentam ainda no jardim de infância. E a relação diária com crianças de quatro a seis anos permitiu identificar

que, nesta faixa de idade, crianças negras já apresentam uma identidade negativa em relação ao grupo étnico ao qual pertencem.

Ademais, no decorrer do trabalho de campo de Cavalleiro (2000), foi constatada, no espaço de circulação das crianças, a ausência de cartazes ou livros infantis que expressassem a existência de crianças não brancas na sociedade brasileira. São relatadas também inúmeras situações em que crianças negras são repreendidas com uso de linguagem verbal dura e mesmo com uso da força física.

A ocorrência de violência física é relatada por Morris (2016), que casos em que crianças afro-americanas de 6 e 7 anos que estavam “se comportando mal” em sala de aula foram algemadas, e por Ritchie (2017), que traz casos como o da menina Jaisha Aikins, que em 2005, com apenas 5 anos de idade, foi algemada e presa na Flórida, por se “comportar mal” na sala de aula.

Aqui no Brasil também não são raras situações de violência policial dentro das escolas, conforme denúncias de vítimas. Tais como Victoria Lopes que aos 16 anos foi espancada por policiais militares na frente da sua escola⁵, na Zona Norte de São Paulo, durante uma comemoração estudantil do último dia de aula. E em 2014, uma adolescente negra de 15 anos foi agredida por um PM⁶ em uma escola pública da zona leste de São Paulo e teve dois dentes quebrados.

As representações históricas das mulheres negras, somadas às representações contemporâneas podem influenciar as vivências de meninas negras no ambiente escolar. As práticas e crenças racistas da nossa sociedade, embora não se iniciem na escola, podem contar com o reforço do ambiente escolar para serem difundidas. A noção de que crianças negras são mais indisciplinadas, incorrigíveis e malcriadas

⁵ “Victoria Lopes, relatos de um dia em Albino César”. 12/03/2014. Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/2014/12/03/victoria-lopes-relatos-de-um-dia-de-albino-cesar/>. Acesso em 20/08/2018

⁶ “Família denuncia PM por agredir menina negra de 15 anos”. 14/04/2014. Disponível em: <http://negrobelchior.cartacapital.com.br/familia-denuncia-pm-por-agredir-menina-de-15-anos/>. Acesso em 20/08/2018 .O nome da vítima foi ocultado pelo autor da publicação.

possibilita uma distorção na forma como as pessoas respondem às ações dessas crianças. Além de serem influenciados por estereótipos, muitos educadores também são despreparados e desinformados sobre os temas de gênero e relações raciais - o que os impede de exercer plenamente o papel que lhes é esperado, isto é, o papel de contribuir positivamente para que a trajetória de estudantes negras seja bem sucedida.

O trabalho de Cavalleiro (2000) revela que o espaço escolar oferece às crianças muitas possibilidades de interiorização de comportamentos e atitudes preconceituosas e discriminatórias contra crianças negras. A autora demonstra que a origem étnica das crianças faz com que elas recebam um tratamento diferente nas escolas e que essas crianças sofrem maus-tratos, agressões e injustiças que comprometem seu desenvolvimento. Em geral, a escola tem sido omissa na função de prover as crianças negras com reconhecimento positivo e, ao mesmo tempo, ela tem se silenciado e evitado se posicionar frente aos conflitos étnico-raciais.

Para Maria da Glória Calado (2013), a escola tem transmitido os preconceitos historicamente construídos. Desde a colonização, a sociedade brasileira conta com mecanismos para manter uma estrutura social racista e a escola se tornou um desses mecanismos. A autora demonstra que o racismo no ambiente escolar tem diversas implicações. Uma delas é que as crianças aprendem a associar características fenotípicas relacionadas à raça às desigualdades econômicas e sociais e passam a enxergar “ser negro” como ser inferior e “ser branco” como ser superior.

A autora indica que a existência de conflitos raciais no ambiente escolar cria uma hierarquia racial: os alunos que ofendem seus colegas negros, estão em um lugar de superioridade, posição que é reforçada pelos professores, que frequentemente se silenciam sobre o assunto. E explica que há uma tendência de idealização do ambiente escolar, ou seja, uma crença de que é um ambiente livre de preconceitos, o que faz com que os professores, aludindo também à uma narrativa de democracia racial, evitem abordar os conflitos raciais. Esse silenciamento é apontado como uma das mais perniciosas manifestações de racismo na escola.

É preciso, portanto, enxergar a escola como um ambiente que perpetua práticas racistas. O impacto deste fenômeno é sentido principalmente pelas crianças negras e o silenciamento sobre o tema tem sido igualmente um mecanismo que serve para manter esse cenário de violência.

3. METODOLOGIA

O presente trabalho conta com a abordagem conhecida como análise de discurso para examinar reportagens relacionadas a episódios de racismo contra meninas negras em escolas brasileiras. Segundo Ackerly e True (2013), na análise de discurso enquanto abordagem de pesquisa o discurso é conceitualizado como uma estrutura social relativa a outras estruturas e agentes. Nesse sentido, a análise de discurso é intrinsecamente relacionada ao contexto em que está inserida.

De acordo com Orlandi (1994) a Análise de Discurso se localiza na interseção entre a Lingüística com as Ciências Sociais. Não se trata apenas da aplicação da Linguística aos objetos da Ciências Sociais, mas sim, se trata de uma prática analítica própria. E é através dessa prática analítica do discurso que é possível compreender a relação entre linguagem e ideologia.

A Análise de Discurso postula uma relação da linguagem com a exterioridade, a historicidade. Segundo Orlandi, “ao pensar a relação entre linguagem e sociedade, ela não sugere meramente uma correlação entre elas. Mais do que isso, o discurso é definido como processo social cuja especificidade está em que sua materialidade é lingüística” (ORLANDI, 1994: 56).

Os significados atribuídos à linguagem estão apoiados, portanto, não somente na materialidade da língua textual, mas também no contexto histórico em que o discurso em questão está posto. O discurso é necessariamente determinado pela exterioridade

em que se encontra: “todo discurso remete a outro discurso, presente nele por sua ausência necessária” (ORLANDI, 1994: 57).

Assim, quando executamos análise de discurso, não são os traços sociológicos empíricos que geram os resultados analíticos, mas sim aquilo que Orlandi chama de “formações imaginárias” que se constroem em decorrência das relações sociais que funcionam no discurso. Ou seja, são as imagens que fazemos de uma mulher negra, uma mãe, uma médica, uma advogada, uma trabalhadora doméstica que atribuem valor ao discurso. A análise de discurso procura encontrar quais são os processos discursivos que levam ideologia e linguagem a se combinarem para produzir sentidos.

Ao pesquisar ocorrência de violência contra meninas em escolas brasileiras em grandes mecanismos de busca na internet, é possível encontrar inúmeros casos nos últimos anos. Para fins deste trabalho a escolha dos casos foi norteadada por alguns critérios. Foram escolhidos casos em que as vítimas tivessem faixa etária semelhante, casos que tivessem acontecido em escolas públicas, casos em que a família houvesse formalizado algum tipo de denúncia junto à escola, e que contassem com algum tipo de posicionamento da escola e/ou do órgão local de educação.

Os casos escolhidos estão reportados em portais de notícias virtuais. O primeiro portal é o BHAZ, um portal de notícias da cidade de Belo Horizonte. O segundo portal é o G1, portal virtual de notícias da Rede Globo. O BHAZ é um site com alcance menor e, apesar de publicar notícias sobre o todo o país, seu maior atrativo são as notícias locais. Já o portal G1 tem grande alcance nacional e cobre notícias de todo o país.

A metodologia deste trabalho consistiu na análise de dois textos relativos a dois casos de racismo no ambiente escolar contra meninas de 10 e 12 anos. O primeiro texto refere-se a um caso reportado pelo portal BHAZ. O caso aconteceu em 2017 em Belo Horizonte, Minas Gerais, e a vítima tem 10 anos. O segundo texto foi publicado pelo

portal G1. Trata-se de um caso aconteceu em 2018 na cidade de Praia Grande, São Paulo, e a vítima tem 12 anos.⁷

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro texto, publicado pelo Portal BHAZ em 2017, traz a história de uma menina de 10 anos que tem sido alvo de racismo na escola onde estuda desde o ano anterior. O primeiro episódio de racismo foi quando um professor havia dito que o cabelo da garota deveria ser usado “varrer o chão da escola”. O segundo, foi quando uma professora perguntou se a garota “não lavava o cabelo”. O terceiro episódio aconteceu quando a diretora tentou prender os cabelos da estudante contra sua vontade. O caso aconteceu na região Centro-Sul de Belo Horizonte. O texto relata que a mãe da vítima registrou um boletim de ocorrência e procurou a Secretaria de Educação mas não obteve resposta. O jornal procurou a Secretaria de Educação e o órgão emitiu uma nota declarando repudiar “quaisquer atitudes e manifestações de discriminação e de preconceito”.

O segundo texto, publicado pelo Portal G1 em 2018, relata um caso de racismo contra uma menina de 12 anos na escola municipal onde estuda, na cidade de Praia Grande, em São Paulo. Neste caso, além de ser vítima de abuso verbal de cunho racista, a estudante também foi vítima de ameaças de morte por parte de uma colega da escola. O texto relata que a mãe da vítima registrou um boletim de ocorrência e que a escola procurou omitir a situação. Ao ser procurada pelo jornal, a Secretaria de Educação (Seduc) de Praia Grande declarou repudiar “qualquer tipo de ato que afete a moral e a dignidade dos alunos”.

⁷ Os textos em questão podem ser acessados nos endereços abaixo e estão anexados ao final deste artigo.

“Mãe denuncia perseguição racista contra a filha de 10 anos em escola de BH”.

<https://bhaz.com.br/2017/06/23/denuncia-racismo-escola-bh/>

“Mãe denuncia ameaças de morte e racismo contra filha de 12 anos em escola: 'Macaca'”

<https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2018/08/24/mae-denuncia-ameacas-de-morte-e-racismo-co-ntra-filha-de-12-anos-em-escola-macaca.ghtml>

Em consonância com o que é preconizado por Calado (2013), os casos escolhidos são exemplos de como o ambiente escolar no Brasil é um espaço em que as dinâmicas vigentes na sociedade - incluindo o racismo - são reproduzidas.

Em relação ao primeiro caso, o Portal BHAZ relata que a primeira agressão sofrida pela vítima partiu de um professor da escola e que, mesmo o professor tendo sido “afastado”, a vítima não recebeu acolhimento psicológico:

“Segundo Elisete, tudo começou no ano passado, quando um professor disse que o cabelo da garota era para ‘varrer o chão da escola’. Na época, ela foi até a instituição e conversou com a diretora, que afastou o docente de forma imediata. Mas, para a modelo, o posicionamento não foi o suficiente. ‘Não foi oferecido nenhuma espécie de apoio psicológico, nenhum apoio pra ela, que ficou muito abalada. Demitiram e ignoraram a situação’, afirmou ao Bhaz. (SALGADO, 2017)

O trecho acima, no qual a mãe da vítima descreve a agressão sofrida pela criança remete às constatações elaboradas por Souza (2016) de que crianças negras frequentemente recebem apelidos depreciativos no ambiente escolar. Ademais, a falta de respostas apropriadas para a violência sofrida pela vítima é um exemplo de como as escolas têm se silenciado sobre o tema e evitado se posicionar frente aos conflitos étnico-raciais, o que vai ao encontro dos estudos de Cavalleiro (2000) e de Calado (2013).

O caso relatado pelo Portal BHAZ se desdobrou em mais dois episódios de racismo:

“Mais recentemente, há aproximadamente duas semanas, Elisete conta que sua filha chegou em casa arrasada após a professora perguntar se a garota ‘não lavava o cabelo’ na frente de todos os alunos. ‘Ela chegou em casa arrasada, me perguntando se ela não poderia nunca mais usar o cabelo solto’, desabafa.

Após o ocorrido, a mulher foi à escola para conversar com a nova diretora. No local, recebeu a informação de que a situação seria averiguada e receberia um retorno. ‘Dias depois, ela me perguntou se eu autorizava que ela conversasse com a minha filha e

com a professora e eu disse que não sem a minha presença. Ela passou por cima da minha autoridade de mãe e conversaram mesmo assim’, completa.” (SALGADO, 2017).

O trecho anterior descreve a contínua ocorrência de ofensas racistas contra a estudante, que acarretou consequências psicológicas para a criança. As medidas tomadas pela direção, consideradas inapropriadas pela mãe da vítima, demonstram mais uma vez a ineptidão da escola em se posicionar adequadamente frente à ocorrências de racismo. O texto indica ainda um terceiro episódio, envolvendo diretamente a diretora da escola:

“Elisete conta ainda que a filha se queixou pela terceira vez dias depois. A pequena contou que a diretora havia puxado as tranças dela e as enrolando com o objetivo de fazer um coque. ‘Ela só parou quando viu que minha filha ia chorar. E depois ficou falando que ela tem que ir de coque pra escola, sendo que lá nunca teve essa regra de cabelo’, relata, argumentando, também, que outras colegas da criança costumam frequentar as aulas com os penteados que querem.” (SALGADO, 2017).

O trecho demonstra que a diretora da escola criou “regras” arbitrárias para a vítima em decorrência de uma característica física associada à sua identidade racial, além de usar força física. Ambos os comportamentos são identificados também por Cavalleiro (2000) em sua pesquisa.

No caso relatado pelo Portal G1, o envolvimento da diretora da escola também foi considerado preocupante pela mãe da vítima. O texto relata que a diretora já sabia das ofensas quando a mãe a procurou, mas não tomou providências cabíveis, e que, junto com outras funcionárias, tentou intimidar a mãe da vítima por publicizar o caso.

“Depois que soube, ela fez o B.O. de injúria e difamação e o apresentou na escola. Foi aí que ela teve uma surpresa.

‘A diretora disse que sabia o nome da autora das ofensas e que iria conversar com a mãe dela, que eu não devia me preocupar. Ela ainda disse que não queria me incomodar com isso, pois trabalho longe. Sequer preocupou-se em tirar cópia do B.O.’,

conta. Porém, novas ameaças e a ida da agressora até a casa de Adelaide, para bater em sua filha, fizeram a vendedora descobrir toda a verdade.

‘Procurei a mãe dela, que me disse que, na verdade, a diretora só a procurou quando uma terceira criança, que tomou as dores da minha filha, brigou com a garota’, explica”. (AMARO, 2018).

A citação de Adelaide publicada pelo Portal G1 demonstra o descaso e a negligência da direção escolar ao lidarem com o caso de racismo contra uma criança de 10 anos. Outras citações de Adelaide demonstram também que ela foi intimidada no ambiente escolar por se mobilizar contra a violência sofrida pela filha:

“Quando cheguei na escola, a diretora, na frente de uma pedagoga e de outros funcionários, começou a me interrogar, questionando o porquê de eu ter feito aquilo [publicação em rede social], que a escola não errou em nenhum momento. Tentaram até perguntar para a minha filha se ela gostava da escola, na tentativa de induzi-la a dizer que sim’, conta.” (AMARO, 2018).

O trecho abaixo demonstra também a tentativa da escola de se isentar da responsabilidade pelo caso. Somado aos trechos descritos acima, conclui-se que se trata de mais um exemplo do frequente silêncio das escolas em relação ao tema, conforme foi descrito por Cavalleiro (2000) e Calado (2013) em suas respectivas pesquisas.

“Adelaide foi orientada pelos funcionários a processar os pais da criança, já que a culpa seria da aluna, e segue sem entender o motivo de esconderem dela as ameaças e agressões feitas à filha.” (AMARO, 2018).

As condutas apresentadas pelas direções das escolas remetem àquilo que Collins (1990) chama de “domínio de poder disciplinar”, aquele que está explícito pela forma com que organizações são administradas. Os posicionamentos das escolas nos dois casos apresenta semelhanças: fica evidente que as escolas foram permissivas com a

ocorrência de racismo, não se responsabilizaram adequadamente nem tomaram medidas adequadas para mitigar as violências perpetradas.

É preciso também direcionar as atenções aos órgãos públicos que administram o sistema educacional. Os dois veículos de notícia entraram em contato com os órgãos públicos de educação para obter um posicionamento sobre os respectivos casos de racismo.

Quando procurada pelo Portal BHAZ, a Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais afirmou que “repudia quaisquer atitudes e manifestações de discriminação e de preconceito” e alegou que ações que estimulem o “respeito às diferenças” são prioridade. A página BHAZ publicou a nota do órgão na íntegra e destacou alguns trechos:

“Sobre o caso, a secretaria afirma que já entrou em contato com a mãe da aluna e que ‘todas as denúncias serão devidamente apuradas pela equipe de inspeção da Superintendência Regional de Ensino Metropolitana A’ – responsável pela coordenação da unidade escolar.

A Superintendência de Modalidades e Temáticas Especiais de Ensino da SEE, que coordena as ações relacionadas a essa pauta em todo o Estado, está acompanhando o caso. Denúncias dessa natureza são acompanhadas pelos profissionais desse setor, que orientam as escolas a respeito de suporte às vítimas e suas famílias, além de questões burocráticas e administrativas.

A SEE ainda afirma que o Estado conta com políticas e campanhas nas escolas contra a discriminação racial.” (SALGADO, 2017).

A nota enviada pela Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais declara que o órgão entende “que o racismo é um dos tipos de violências existentes na sociedade” e menciona programas e campanhas feitos para “reconhecer e valorizar a história e a cultura dos africanos na formação da sociedade brasileira”, “promover e defender

direitos”, “compreender e combater a violência no espaço escolar”, e reconhecer e valorizar as “diferenças e das diversidades”.

No segundo caso, apesar da evidente expressão de racismo presente no caso de Praia Grande, o posicionamento enviado pela Secretaria de Educação da cidade ao Portal G1 não reconhece explicitamente que o caso em questão se trata de racismo:

“Ao G1, por meio de nota, a Secretaria de Educação (Seduc) de Praia Grande ressaltou que repudia qualquer tipo de ato que afete a moral e a dignidade dos alunos, e que assim que a unidade escolar soube dos fatos, adotou providências, assim como a mãe recebeu o devido atendimento, e ações foram tomadas para assegurar a segurança física da menor.

Além disso, a pasta reitera que, no que diz respeito aos alunos envolvidos, eles já foram identificados e encaminhados ao conselho de escola para análise do caso e, se necessário, possíveis sanções disciplinares. A Seduc também ressaltava que o tema 'bullying' é trabalhado nas escolas em projetos pedagógicos durante todo o ano, conforme previsto na Lei Municipal 1471/09.” (AMARO, 2018).

A ausência de menção explícita ao teor racista das agressões sofridas pela aluna, mais uma vez, é um exemplo do frequente silenciamento que existe em torno do tema de racismo no ambiente escolar, fenômeno apontado por Cavalleiro (2000) e Calado (2013). A necessidade de enxergar a escola como um ambiente que perpetua práticas racistas é fundamental para apurar as denúncias adequadamente e atuar para mudar esse cenário.

Nos dois casos percebemos a ausência de respostas institucionais adequadas por parte das escolas e das autoridades responsáveis. Os textos indicam que, cientes da gravidade e do teor racista da violência sofrida por suas filhas, as duas mães procuraram formalizar denúncias em seus respectivos contextos, mas que as respostas se mostraram inadequadas.

As duas mães registraram boletins de ocorrência após os casos de racismo contra suas filhas. O Portal BHAZ escreve:

“A mãe da garota afirma que procurou quatro delegacias até conseguir registrar um boletim de ocorrência; o fato foi classificado como ‘crime racial’. Além disso, ela explica que procurou a Secretaria de Educação, mas que não houve resposta.” (SALGADO, 2017).

O Portal G1 publica o seguinte:

“Uma das mães me ligou no trabalho pedindo para eu buscar a Adrielle, pois havia outra menina a xingando de negra, vagabunda e macaca, e dizendo que ia bater nela. Ela me orientou a fazer um boletim de ocorrência, e que depois dava detalhes’, explica [a mãe da vítima]. Depois que soube, ela fez o B.O. de injúria e difamação e o apresentou na escola.”

“A diretora disse que sabia o nome da autora das ofensas e que iria conversar com a mãe dela, que eu não devia me preocupar. Ela ainda disse que não queria me incomodar com isso, pois trabalho longe. Sequer preocupou-se em tirar cópia do B.O.’, conta.” (AMARO, 2018).

Nos dois casos, é perceptível a ausência de respostas institucionais adequadas aos episódios de racismo. No caso de Elisete, de Belo Horizonte, os mecanismos de denúncia procurados por ela se mostraram ineficazes. Por um lado, se fez presente a dificuldade de acesso à justiça: foi preciso que a mãe da vítima fosse a quatro delegacias diferentes até que conseguisse protocolar o boletim de ocorrência. Por outro lado, é marcante também a omissão do órgão público responsável por educação: ao procurar a Secretaria Estadual de Educação, Elisete não foi atendida.

Para Adelaide, em Praia Grande, a inadequação das respostas institucionais se repete. Em primeiro lugar, nota-se que a orientação para que a mãe registrasse boletim de ocorrência veio de outra mãe, e não de vias institucionais. Em seguida, nota-se também que a escola já estava ciente das violências sofridas pela vítima e adotou, na

figura da diretora, uma postura de indiferença em relação ao caso, falhando em prestar atendimento e respostas adequados.

Os dois portais relatam que os casos se tornaram conhecidos depois que as mães das vítimas fizeram postagens em redes sociais. O portal BHAZ descreve a mobilização de Elisete, mãe da vítima:

“A modelo Elisete Lopes, de 32 anos, se mobiliza por meio das redes sociais desde o início da semana para denunciar o racismo sofrido pela filha dela, uma menina de 10 anos, na escola onde estuda no Aglomerado da Serra, na região Centro-Sul de Belo Horizonte. No Facebook, a mãe relata que a criança já sofreu diversas ofensas e até mesmo agressões físicas motivadas por preconceito racial. Ela chegou a procurar a Secretaria Estadual de Educação para expor os casos, mas diz não ter sido atendida até então.” (SALGADO, 2017).

O portal G1 relata a atuação de Adelaide nas redes sociais, onde ela descreve a violência sofrida pela filha:

“Uma menina de 12 anos foi vítima de ameaças de morte e ofensas racistas por parte de uma colega da escola em que estuda, em Praia Grande, no litoral de São Paulo. O desabafo da mãe da jovem em uma rede social teve grande repercussão, principalmente por expor uma carta recebida pela filha, na qual ela é chamada de 'macaca'. O caso segue sendo apurado pela Secretaria de Educação da cidade.” (AMARO, 2018).

Segundo a notícia do Portal G1, por exemplo, a publicação de Adelaide recebeu mais de 17 mil reações em seu perfil na rede social em questão e 10 mil compartilhamentos. Diante da ausência de respostas adequadas das instituições responsáveis e da ineptidão dos mecanismos existentes para denúncia, a publicização dos casos nas redes sociais foi uma forma encontrada de atrair atenção e exercer pressão pública para a obtenção de respostas e posicionamentos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A amostra de casos utilizada neste artigo é diminuta quando comparada à quantidade de casos de violência racista que acontecem todos os dias em escolas brasileiras. O que se procurou fazer ao longo deste artigo foi uma reflexão sobre a ocorrência de racismo contra meninas negras em escolas brasileiras a partir da análise de dois casos que aconteceram em 2017 e 2018.

Os resultados da análise indicam que a ocorrência de racismo no ambiente escolar permanece sendo uma realidade. Notou-se também que o silêncio sobre o tema é um fenômeno que persiste, com as escolas envolvidas e os órgãos de educação nos dois casos falhando em abordar o assunto de forma direta, em reconhecer a ocorrência de racismo ou a gravidade dos casos, e em prestar atendimento às vítimas.

Nos dois casos as respostas institucionais e as ações tomadas pelas escolas foram muito aquém do esperado. As medidas tomadas foram inadequadas e o potencial impacto psicológico do racismo no ambiente escolar para as vítimas foi ignorado, assim como a preocupação das mães. A análise dos dois casos demonstrou também a ausência de mecanismos de denúncia eficazes, que recebessem as reclamações das vítimas e de suas mães de forma cuidadosa e que permitissem que as vítimas fossem acolhidas adequadamente.

Outra conclusão é que frequentemente os casos de racismo no ambiente escolar são encarados como ocasionais desvios de conduta de indivíduos, isto é, ainda não são vistos completamente como consequências de uma questão estrutural que perpassa o ambiente escolar como um todo.

A pesquisa também indicou o papel das redes sociais na repercussão do tema de racismo no ambiente escolar. Os casos em questão obtiveram atenção de um público considerável quando as mães das vítimas se posicionaram em seus perfis pessoais em uma rede social de grande adesão. A repercussão dos casos nas redes sociais levanta o debate sobre como elas podem influenciar o processo de visibilizar esse tema.

Um passo importante no processo de ampliar a nossa compreensão sobre esse tema é enxergar o ambiente escolar como um espaço que não é neutro e que está sujeito a reproduzir o racismo presente na nossa sociedade. É importante, portanto, entender que a escola pode exercer um papel de combate ao racismo, e que um dos primeiros passos é quebrar o silêncio que muitas vezes circunda essa temática. Nesse sentido, o presente artigo é um esforço incipiente, que certamente não esgota as possibilidades de análise do tema, mas que se propõe a fomentar um debate necessário e urgente sobre as violências enfrentadas por meninas negras nas escolas brasileiras.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACKERLY, B. and TRUE, J. (2013) Methods and methodologies. The Oxford Handbook of gender and politics, pp.135-159.)

AMARO, João. Mãe denuncia ameaças de morte e racismo contra filha de 12 anos em escola: 'Macaca'. **Portal G1**. Santos. 24 ago. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2018/08/24/mae-denuncia-ameacas-de-morte-e-racismo-contrafilha-de-12-anos-em-escola-macaca.ghtml>>

CALADO, Maria da Glória. Escola e enfrentamento do racismo: as experiências das professoras ganhadoras do Prêmio Educar para a Igualdade Racial. 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Do silêncio do lar ao silêncio escolar - racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Editora Contexto. 2000.

COLLINS, Patricia Hill. Black Feminist Thought - Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment. Nova Iorque: Routledge, 1990.

CRENSHAW, Kimberlé. "Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics". - University of Chicago Legal Forum - Volume 1989 - Issue 1. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>

CRENSHAW, Kimberlé. OCEN, Priscilla. NANDA, Jyoti. "Black Girls Matter: Pushed Out, Overpoliced and Underprotected". Local: African American Policy Forum - Center for Intersectionality and Social Policy Studies, 2015. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/53f20d90e4b0b80451158d8c/t/54d2d37ce4b024b41443b0ba/1423102844010/BlackGirlsMatterReport.pdf> Acessado em: 24/09/2018

DAVIS, Angela. 2011. "As mulheres negras na construção de uma nova utopia". Artigo publicado no portal Geledés – Instituto da Mulher Negra. Disponível em:

<http://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-ang-ela-davis/>⁸.

EPSTEIN, Rebeca; BLAKE, Jamila; GONZÁLEZ, Thalia. *Girlhood Interrupted: The Erasure of Black Girls' Childhood*. Local: Center for Poverty and Inequality - Georgetown Law, 2017. Disponível em: <http://www.law.georgetown.edu/academics/centers-institutes/poverty-inequality/upload/girlhood-interrupted.pdf> Acessado em: 24/09/2018

GONZALEZ, Lélia. "Racismo e sexismo na cultura brasileira". In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244.

HASENBALG, Carlos. *Estrutura de Classes, Estratificação Social e Raça*. In: *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HOOKS, bell. *Feminist Theory: From Margin to Center*". 2000. South End Press Classics.

HUDSON, Valerie M.; BALLIF-SPANVILL, B.; CAPRIOLI, M.; and EMMETT, C. 'Sex & World Peace'. New York: Columbia University Press, 2012.

LUGONES, Maria. *Colonialidad y Género*. *Revista Tabula Rasa*. Bogotá, n.9. p. 73-101, jul./dez, 2008.

MORRIS, Monique. "Pushout: The Criminalization of Black Girls in Schools". Cambridge: The New Press, 2016.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso, imaginário social e conhecimento*. Em *Aberto*, Brasília, ano 14, n.61, jan./mar. 1994.

QUIJANO, Anibal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: : LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*.

⁸ O artigo foi originalmente publicado na Revista CEAS, cuja edição não está disponível online.

Perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005.

RITCHIE, Andrea. "Invisible No More: Police Violence Against Black Women and Women of Color". Boston: Beacon Press. 2017

SALGADO, Rodrigo. Mãe denuncia perseguição racista contra a filha de 10 anos em escola de BH. **Portal BHAZ**. Belo Horizonte. 23 jun. 2017. Disponível em: <https://bhaz.com.br/2017/06/23/denuncia-racismo-escola-bh/>

SILVA, Dilma de Melo. A imagem do negro no espaço publicitário. In: BATISTA, Leandro. LEITE, Francisco (Orgs.). O Negro nos Espaços Publicitários Brasileiros: Perspectivas Contemporâneas em Diálogo. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes/USP, 2011. cap.2, p.19-24.

SOUZA, Marcelle. "As crianças negras são mais punidas do que as brancas", diz pedagoga".Portal UOL Educação, 12/01/2016. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/01/12/as-criancas-negras-sao-mais-punidas-do-que-as-brancas-diz-pedagoga.html>

APÊNDICE A - Reprodução do texto do Portal G1:



Mãe denuncia ameaças de morte e racismo contra filha de 12 anos em escola: 'Macaca'

Menina chegou a receber carta com xingamentos e ofensas. Situação aconteceu em Praia Grande (SP).

Por João Amaro, G1 Santos

24/08/2018 05h13 - Atualizado há 5 meses

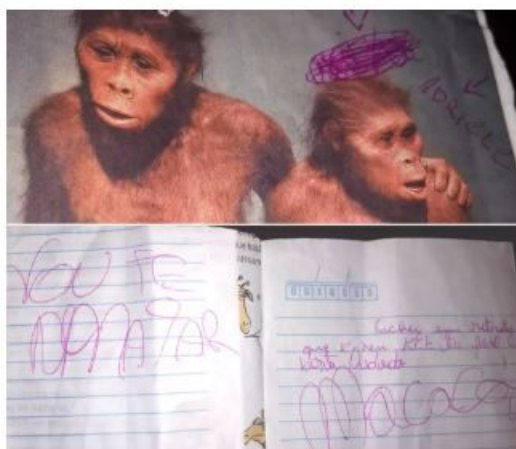


Foto da carta entregue a menina de 12 anos enviada nas redes sociais — Foto: Arquivo Pessoal

Uma menina de 12 anos foi vítima de ameaças de morte e ofensas racistas por parte de uma colega da escola em que estuda, em Praia Grande, no litoral de São Paulo. O desabafo da mãe da jovem em uma rede social teve grande repercussão, principalmente por expor uma carta recebida pela filha, na qual ela é chamada de 'macaca'. O caso segue sendo apurado pela Secretaria de Educação da cidade.

A situação começou uma semana antes das férias escolares, em junho, mas se repetiu há alguns dias. Adriele é aluna da Escola Municipal Joaquim Augusto Ferreira Mourão, no bairro Melvi. Ao **G1**, a mãe, a vendedora Adelaide Alves, de 31 anos, contou que as primeiras ofensas surgiram na saída da escola. Mães de colegas da filha a alertaram, na tentativa de protegê-la.

"Uma das mães me ligou no trabalho pedindo para eu buscar a Adriele, pois havia outra menina a xingando de negra, vagabunda e macaca, e dizendo que ia bater nela. Ela me orientou a fazer um boletim de ocorrência, e que depois dava detalhes", explica. Depois que soube, ela fez o B.O. de injúria e difamação e o apresentou na escola. Foi aí que ela teve uma surpresa.

"A diretora disse que sabia o nome da autora das ofensas e que iria conversar com a mãe dela, que eu não devia me preocupar. Ela ainda disse que não queria me incomodar com isso, pois trabalho longe. Sequer preocupou-se em tirar cópia do B.O.", conta. Porém, novas ameaças e a ida da agressora até a casa de Adelaide, para bater em sua filha, fizeram a vendedora descobrir toda a verdade.

"Procurei a mãe dela, que me disse que, na verdade, a diretora só a procurou quando uma terceira criança, que tomou as dores da minha filha, brigou com a garota", explica. Triste, a vítima chegou a ficar uma semana sem ir à escola, e só se distraiu em seguida, quando entrou de férias. O pesadelo, no entanto, voltou com tudo logo após o reinício das aulas, em agosto.

aulas, em agosto.

"Minha filha recebeu a carta, que dizia que ela fedia, que parecia uma macaca, que queriam matá-la. Na escola, ela foi orientada a entregar para a diretora, e depois, para não me contar. Descobri por uma amiga minha, que já sabia, e me questionou. De novo, fui a última a saber", conta. Indignada, decidiu publicar a situação nas redes sociais. Logo em seguida, foi chamada na escola.



Adelaide

19 de agosto às 20:25 · 🌐

Lamentável, muito triste. 😞

Racismo isso mesmo! Bullying violência física ou psicológica, intencionais e repetidos praticados por um indivíduo ou grupo de indivíduos causando dor e angústia, sendo executadas dentro de uma relação desigualdade de poder.

E isso mesmo minha filha Adrielle está passando por isso desde o mês 06 junho na escola. E. M. Joaquim Augusto Ferreira Mourão. PG

Todos na escola estavam sabendo e só eu que sou a mãe não estava sabendo, até que uma mãe de uma a...

Continuar lendo





17 mil

186 comentários 10 mil compartilhamentos

Publicação no Facebook expandindo carta teve mais de 10 mil compartilhamentos — Foto: Reprodução/ Facebook

"Antes de eu ir, na segunda-feira (20), eu já tinha feito outro boletim de ocorrência e tentado transferir minha filha. Quando cheguei na escola, a diretora, na frente de uma pedagoga e de outros funcionários, começou a me interrogar, questionando o porquê de eu ter feito aquilo [publicação], que a escola não errou em nenhum momento. Tentaram até perguntar para a minha filha se ela gostava da escola, na tentativa de induzÍ-la a dizer que sim", conta.

Adelaide foi orientada pelos funcionários a processar os pais da criança, já que a culpa seria da aluna, e segue sem entender o motivo de esconderem dela as ameaças e agressões feitas à filha. "[A diretora] sempre dizia que sabia e que queria me poupar. Para que isso? E se minha filha apanhasse, ou morresse na escola, como seria? Isso foi uma negligência", conta.





Adelaide ao lado da filha, vítima de ameaças e racismo em escola de Praia Grande, SP — Foto: Arquivo Pessoal

Segundo a vendedora, agora, a preocupação se volta para a filha, que, assustada, ainda tem receio de ir à escola. "É constrangedor. Quero que ela estude em paz, quero transferi-la de escola. Tenho que ficar ligando para saber se ela está bem. Não temos obrigação de gostar de ninguém, mas precisamos respeitar. Já fui chamada de 'macaca' no trabalho, e sei como é. Mas a única coisa que quero é igualdade e respeito".

Ao **G1**, por meio de nota, a Secretaria de Educação (Seduc) de Praia Grande ressaltou que repudia qualquer tipo de ato que afete a moral e a dignidade dos alunos, e que assim que a unidade escolar soube dos fatos, adotou providências, assim como a mãe recebeu o devido atendimento, e ações foram tomadas para assegurar a segurança física da menor.

Além disso, a pasta reitera que, no que diz respeito aos alunos envolvidos, eles já foram identificados e encaminhados ao conselho de escola para análise do caso e, se necessário, possíveis sanções disciplinares. A Seduc também ressalta que o tema 'bullying' é trabalhado nas escolas em projetos pedagógicos durante todo o ano, conforme previsto na Lei Municipal 1471/09.

APÊNDICE B - Reprodução do texto do Portal BHAZ:

BHAZ   + Notícias  Guia  Eleições 2018  Carreiras  TV  + mais

Mãe denuncia perseguição racista contra a filha de 10 anos em escola de BH

De Rodrigo Salgado  23/06/2017

 Compartilhe no Facebook  Compartilhe no Twitter   



Caso ocorreu na Escola Estadual Efigênio Salles (Reprodução/Google Street View + Reprodução/EBC)

A modelo **Elisete** Lopes, de 32 anos, se mobiliza por meio das redes sociais desde o início da semana para denunciar o racismo sofrido pela filha dela, uma menina de 10 anos, na escola onde estuda no Aglomerado da Serra, na região Centro-Sul de Belo Horizonte. No Facebook, a mãe relata que a criança já sofreu diversas ofensas e até mesmo agressões físicas motivadas por preconceito racial. Ela chegou a procurar a Secretaria Estadual de Educação para expor os casos, mas diz não ter sido atendida até então.

BHAZ   + Notícias ▾  Guia ▾  Eleições 2018  Carreiras  TV  + mais ▾

Segundo Elisete, tudo começou no ano passado, quando um professor disse que o cabelo da garota era para "varrer o chão da escola". Na época, ela foi até a instituição e conversou com a diretora, que afastou o docente de forma imediata. Mas, para a modelo, o posicionamento não foi o suficiente. "Não foi oferecido nenhuma espécie de apoio psicológico, nenhum apoio pra ela, que ficou muito abalada. Demitiram e ignoraram a situação", afirmou ao **Bhaz**.

Esta publicação do Facebook não está mais disponível. Ela pode ter sido removida ou as configurações de privacidade da publicação podem ter sido alteradas.

[Central de Ajuda](#) 

Mais recentemente, há aproximadamente duas semanas, Elisete conta que sua filha chegou em casa arrasada após a professora perguntar se a garota "não lavava o cabelo" na frente de todos os alunos. "Ela chegou em casa arrasada, me perguntando se ela não poderia nunca mais usar o cabelo solto", desabafa.

Após o ocorrido, a mulher foi à escola para conversar com a nova diretora. No local, recebeu a informação de que a situação seria averiguada e receberia um retorno. "Dias depois, ela me

Após o ocorrido, a mulher foi à escola para conversar com a nova diretora. No local, recebeu a informação de que a situação seria averiguada e receberia um retorno. "Dias depois, ela me perguntou se eu autorizava que ela conversasse com a minha filha e com a professora e eu disse que não sem a minha presença. Ela passou por cima da minha autoridade de mãe e conversaram mesmo assim", completa.



*A garota estuda na Escola Estadual Efigênio Salles, na comunidade do Santana do Cafezal, na Zona Sul de BH
Reprodução/StreetView*

Elisete conta ainda que a filha se queixou pela terceira vez dias depois. A pequena contou que a diretora havia puxado as tranças dela e as enrolando com o objetivo de fazer um coque. "Ela só parou quando viu que minha filha ia chorar. E depois ficou falando que ela tem que ir de coque pra escola, sendo que lá nunca teve essa regra de cabelo", relata, argumentando, também, que outras colegas da criança costumam frequentar as aulas com os penteados que querem.

A mãe da garota afirma que procurou quatro delegacias até conseguir registrar um boletim de ocorrência; o fato foi classificado como 'crime racial'. Além disso, ela explica que procurou a Secretaria de Educação, mas que não houve resposta. Ainda segundo ela, a filha abalada com a situação. "Ela está indo às aulas, mas um dia me pediu pra ir embora. Disse que estava passando mal mas não estava. estava desconfortável", conta.

Posicionamento da Secretaria Estadual de Educação

Procurada pelo **Bhaz**, a Secretaria Estadual de Educação (SEE), órgão responsável pela escola em que a garota estuda, afirma que “repudia quaisquer atitudes e manifestações de discriminação e de preconceito” e completa que ações que estimulem o respeito às diferenças são prioridade.

Sobre o caso, a secretaria afirma que já entrou em contato com a mãe da aluna e que “todas as denúncias serão devidamente apuradas pela equipe de inspeção da Superintendência Regional de Ensino Metropolitana A” – responsável pela coordenação da unidade escolar.

A Superintendência de Modalidades e Temáticas Especiais de Ensino da SEE, que coordena as ações relacionadas a essa pauta em todo o Estado, está acompanhando o caso. Denúncias dessa natureza são acompanhadas pelos profissionais desse setor, que orientam as escolas a respeito de suporte às vítimas e suas famílias, além de questões burocráticas e administrativas.

A SEE ainda afirma que o Estado conta com políticas e campanhas nas escolas contra a discriminação racial. Você pode ler a nota emitida pela Secretaria na íntegra abaixo:

A Secretaria de Estado de Educação (SEE) salienta que repudia quaisquer atitudes e manifestações de discriminação e de preconceito e que ações que estimulem o respeito às diferenças e o combate ao racismo são prioridades desde o início desta gestão. A escola é um espaço sociocultural que deve respeitar e, sobretudo, discutir amplamente a pluralidade cultural, como uma forma de desconstruir preconceitos.

Com relação ao caso apresentado, a SEE informa que já entrou em contato com a mãe da aluna para esclarecimentos sobre as situações ocorridas na Escola Estadual Efigênio Salles e orientar quanto aos procedimentos a serem tomados. Todas as denúncias serão devidamente apuradas pela equipe de inspeção da Superintendência Regional de Ensino Metropolitana A, que é responsável pela coordenação da unidade escolar.

pela equipe de inspeção da Superintendência Regional de Ensino Metropolitana A, que é responsável pela coordenação da unidade escolar.

O caso também está sendo acompanhado diretamente pela equipe da Superintendência de Modalidades e Temáticas Especiais de Ensino da SEE, que coordena as ações relacionadas a essa pauta em todo o Estado. As denúncias de discriminação racial dentro de escolas são acompanhadas pelos profissionais desse setor, que orientam as regionais de ensino e as escolas sobre os procedimentos no âmbito administrativo, além de orientar sobre suporte às vítimas e suas famílias, por meio da acolhida e escuta.

As escolas, com base na Campanha Afroconsciência, lançada em 2015 pela Secretaria, são orientadas a buscarem parcerias locais, como, por exemplo, com o movimento social negro, para ministrarem palestras de modo a fortalecer a identidade de negros e negras nas nossas unidades escolares, assim como proceder ações de formação dos profissionais da instituição para lidarem com o assunto. A campanha Afroconsciência é uma ação de Educação para as Relações Étnico-Raciais nas escolas que visa reconhecer e valorizar a história e a cultura dos africanos na formação da sociedade brasileira. Além da Campanha, são realizadas várias outras ações de conscientização junto aos estudantes e à comunidade escolar.

Entendendo que o racismo é um dos tipos de violências existentes na sociedade, foi lançado também o Programa de Convivência Democrática nas Escolas, que tem como objetivo articular projetos e estratégias educativas para promover e defender direitos, compreender e combater a violência no espaço escolar, incentivar a participação política da comunidade escolar e fortalecer a política de Educação Integral nos territórios onde as escolas estão inseridas, além do reconhecimento e da valorização das diferenças e das diversidades.

**RODRIGO SALGADO**

Repórter do Portal BHAZ

